SINDSEP-AM

FILIADO A CUT E A CONDSEF

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas

10 de novembro

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

Todos na luta contra a Reforma Trabalhista...

...a favor dos direitos e conquistas

Junte-se a nós! Participe da mobilização do dia 10.11 e ajude a escrever um novo final para essa triste história que estamos vivendo. Os direitos garantidos na CLT, nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho foram fruto da luta de gerações da classe trabalhadora que nos antecedeu.
Temos de honrar esses batalhadores e fazer a nossa parte para a manutenção dessas conquistas, em defesa do serviço e do servidor público.

Entenda porque os servidores devem parar

1 – Medida Provisória 792 - Plano de Demissão Voluntária (PDV). A MP também permite reduzir a jornada de trabalho de oito horas diárias e 40 semanais para seis ou quatro horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração.
2 – Licença sem remuneração por 3 anos, prorrogáveis por mais 3;
3 – Demissão de servidores concursados;
4 – Extinção de 60 mil cargos vagos (fim do concurso público);
5 – PEC 95 – Congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, incluindo reajustes salariais;
6 – PEC 31 (DRU) – Desvincula 30% das receitas sociais (saúde, assistência e previdência);
7 – Portaria 1.129 - Altera os conceitos de 'trabalho escravo', praticamente revoga a Lei Áurea e ataca as funções dos fiscais do Ministério do Trabalho;
8 – Medida Provisória 805 - a) adia e cancela o reajuste de 10% dos servidores públicos federais que iniciaria em 2018; b) aumenta a alíquota de contribuição social dos servidores que ganham até a R$ 5.5531,31 de 11% para 14%, inclusive com aumento da contribuição para aposentados; c) exclui, como base de cálculo da contribuição, o auxílio pré-escolar do adicional de irradiação ionizante; d) define que a ajuda de custo, que antes era por regulamento, corresponderá ao valor de um mês de remuneração do servidor na origem ou o valor de uma remuneração mensal do cargo em comissão; e) restringe e reduz o auxílio-moradia do servidor público. Será reduzido em 25 pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quarto ano de recebimento.

Em Manaus, o dia 10 contará com ações de todas as categorias e os servidores públicos federais também darão a sua contribuição.
Pela manhã, atos e protestos setorizados, com panfletagens e ocupações de espaços. À tarde, união com as demais categorias de trabalhadores para a grande marcha contra as reformas Trabalhista e Previdênciária, em defesa dos direitos conquistados na CLT.
Não fique de fora dessa luta. Não sabemos o que podemos ganhar, mas temos certeza de tudo que temos a perder.
A concentração terá início às 16h, na Praça da Polícia, Centro da capital.

FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS! DIRETAS JÁ!

SEDE: Rua Luiz Antony, 589 - Aparecida - Manaus/AM // Fone: 3633-2651 / 3633-3024 / 3233-3396

Reforma trabalhista: resistir e avançar!

Recentemente, Legislativo e Executivo transformaram profundamente a legislação trabalhista. A lei deixou de ser um sistema protetor dos trabalhadores para passar a proteger as empresas.

A reforma alterou a hierarquia normativa em que Constituição, legislação, convenções coletivas e acordos eram pisos progressivos de direito. A partir de agora, a Constituição passa a ser um teto, a legislação, uma referência de direitos que poderão ser reduzidos pelas convenções; os acordos poderão diminuir garantias previstas em leis e convenções, e o indivíduo poderá abrir mão de muito do que foi conquistado a duras penas.

Os trabalhadores e os sindicatos "ganharam o livre direito" para reduzir salários, garantias, flexibilizar contratos, ampliar ou reduzir jornada, quitar definitivamente, na presença coercitiva do empregador, os direitos. O acesso dos trabalhadores à justiça foi limitado. Já as empresas ganharam inúmeros instrumentos que dão a máxima garantia e proteção jurídica e estão livres e seguras para ajustar o custo do trabalho.

São parte das mudanças vários novos contratos de trabalho (tempo parcial, trabalho temporário, trabalho intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho) que permitem ajustar o volume de trabalho à produção no dia, na semana, no mês, ao longo do ano. Esses contratos podem ter ampla flexibilização em termos de jornada (duração, intervalos, férias, banco de horas etc.). As definições do que é salário são alteradas e os valores podem ser reduzidos, assim como outras obrigações legais. A demissão é facilitada, inclusive a coletiva, com formas diversas de quitação definitiva de débitos trabalhistas.

O poder de negociação dos sindicatos é fragilizado, com o "novo poder" de reduzir direitos, a interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais é proibida a participação sindical, ou com o empoderamento do indivíduo para negociar diretamente, medidas que, enfim, quebram o papel sindical de escudo coletivo e protetor. Como já ocorre em outros países que adotam mecanismos semelhantes, os trabalhadores serão incentivados e estimulados, por meio de inúmeras práticas antissindicais e de submissão patronal, a não apoiar ou financiar os sindicatos. Ficarão submetidos ao poder das empresas, pressionados para aceitar acordos espúrios diante do medo de perder o emprego.

A justiça do trabalho, que agora será paga, terá sua tarefa reduzida à análise formal dos pleitos. A lei criou uma tabela que precifica o ônus da empresa até, no máximo, 50 vezes o salário do trabalhador!

São mais de 300 alterações na legislação trabalhista operando um verdadeiro ataque aos trabalhadores. A reforma trabalhista brasileira é um exemplo extremo, comparada a outras 640 realizadas em 110 países entre 2008 a 2014.

Lutar para mudar resultados

Mas a vida em sociedade tem caráter de um jogo em aberto, que exige fôlego para continuar permanentemente correndo e lutando para mudar o resultado. A história mostra que os oprimidos e derrotados constroem suas respostas, sempre!

Não há outro caminho que não seja o da resistência em todas as frentes. Será preciso unir os que discordam da maldade embutida nas reformas e na opção colonialista de entrega da soberania nacional.

Essa nova legislação ampliará os conflitos trabalhistas e, provavelmente, os sociais. E, depois de deflagrados, será difícil contê-los. O projeto que sustenta essa reforma trabalhista é social e politicamente medíocre, porque desconsidera que o processo civilizatório, no capitalismo, significou a estruturação de um mercado regulado na produção e distribuição dos resultados por instituições fortes, diálogo social e organizações representativas.

*Clemente Ganz Lúcio
Sociólogo e diretor técnico do DIEESE

Dia do Servidor Público com manhã de reflexões

Tendo vista a atual cenário de sucateamento do serviço público brasileiro, a comemoração pelo Dia do Servidor, proposta pelo Sindsep-AM, teve um cunho diferente este ano, com os servidores públicos federais do Amazonas participando, no dia 27.10, de um café da manhã reflexivo, com análise de conjuntura sobre todos os ataques que a categoria tem sofrido do governo golpista.

O evento aconteceu, simultaneamente, em espaços do Inpa, Incra, Ibama, Funai, Conab, Ministério da Agricultura, Dnit e Funasa. Estes três últimos recebendo também servidores do Ceplac, Inmet e SFA, ANTT e Ministério dos Transportes; Ministério da Saúde, Disas (cedidos à FVS), Lacen e Seai, respectivamente, totalizando mais de 700 participantes.

Nos encontros, as lideranças do Sindsep-AM repassaram aos presentes todas as informações pertinentes a atual situação política e econômica que envolve a categoria, culminando com o convite para que todos participem, em 10 de novembro, do Dia Nacional de Mobilizações, Greves e Paralisações em Defesa dos Direitos e contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária.

"Precisamos nos unir e nos mobilizar contra os ataques brutais que esse governo ilegítimo tem feito aos servidores e trabalhadores como um todo. São conquistas históricas indo pelo ralo abaixo", comentou o secretário geral do Sindsep-AM, Walter Matos, durante encontro com os servidores presentes na Funasa.

Ele ressaltou que o sindicato está colaborando com o abaixo assinado que pretende levar ao Congresso Nacional um milhão e 300 mil assinaturas, visando um projeto de lei de iniciativa popular para revogação da Reforma Trabalhista, que passa a vigorar no próximo dia 11.

FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS! DIRETAS JÁ!